



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n.23 - Março de 2016

Abaixo o Golpe contra o governo Dilma!

Só a luta no campo da classe operária, por suas reivindicações e com seus métodos de luta, tem como quebrar a espinha dorsal do golpismo

A crise econômica se transformou em crise política. Acirram-se as disputas interburguesas. O governo de Dilma Rousseff cambaleia diante das denúncias ininterruptas de corrupção. A “Operação Lava Jato” despontou como instrumento de setores da burguesia e partidos oposicionistas para dar bases judiciais e políticas para a cassação do mandato de Dilma e desmantelamento do PT. As delações premiadas e vazamentos alimentam a campanha na imprensa que, junto com a Polícia Federal e a oposição, conseguiu contaminar a classe média e arrastá-la para a defesa do impeachment. As enormes manifestações do dia 13 de março demonstraram isso.

Por outro lado, as manifestações do PT, PCdoB, CUT, MST, MTST e UNE mostraram que a capacidade de mobilização dos defensores do governo está submetida à legalidade burguesa, de forma que dependem das próprias instituições do Estado, onde se abrigam as forças golpistas. Evidenciaram a política de subordinar os explorados à disputa interburguesa. Tudo convergiu para a defesa de um governo burguês moribundo e não para o combate à ofensiva do movimento golpista.

O Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal caminham na mesma direção: criminalizar o PT e liquidar o governo Dilma. A Operação Lava Jato deu todos os meios para a reação cercar o governo, espatifá-lo e entregá-lo ao cadafalso do impeachment no Congresso Nacional.

A bandeira de “Não vai ter golpe” já não corresponde aos fatos. O golpe já está ocorrendo. E conta com a participação de todas as instituições do Estado. O discurso de Lula de que não quer a guerra, mas a paz deixa o governo mais próximo do cadafalso. A utilização das manifestações para reunir forças institucionais resultará tão somente em ilusões.

O apelo à “democracia” e ao “Estado de direito” esconde o fato de que a democracia vigente no Brasil é oligárquica e o PT a ela se submeteu e, por isso, se mostra incapaz de combater o golpismo. O impeachment é antidemocrático por natureza. Dá poderes a uma fração da burguesia destituir um governo eleito

pelo povo. Devemos combatê-lo, o que não significa apoiar o governo de Dilma Rousseff, que impõe medidas antinacionais, antioperárias e antipopulares.

Está em pleno vigor um amplo movimento que combina os poderes do Estado com os poderes civis da burguesia para derrubar o governo. Evidentemente, por se tratar de um golpe institucional, as forças da reação não podem realizar um movimento brusco, sem comprometer seu objetivo e sem rasgar a máscara da constitucionalidade. O PT e o governo, por sua vez, não são capazes de fazer um movimento brusco contra o processo golpista, já que estão submetidos a esses mesmos poderes conflagrados.

Somente a luta no campo da classe operária tem como quebrar a espinha dorsal do golpismo, projetando a independência de classe da maioria oprimida e criando as condições para o avanço da luta revolucionária. São os trabalhadores que arcam com o peso da crise econômica. As demissões crescem; o subemprego amplia; os salários estão cada vez mais archoados; as tarifas foram às alturas e os direitos vêm sendo golpeados.

É fundamental que as organizações sindicais e populares constituam uma frente única sindical e se lancem em defesa das reivindicações das massas. É a partir do movimento organizado no campo da independência de classe que se criarão as condições para responder à crise econômica e política.

Levantemos as reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos sem-teto e da classe média arruinada! Organizemos um movimento nacional para colocar nas ruas as necessidades da maioria oprimida! Respondamos à corrupção da burguesia e de seus partidos apontando que somente as massas mobilizadas com seus Tribunais Populares serão capazes de julgá-los e puni-los! Enfrentemos as ações golpistas com a mobilização geral e unitária dos explorados por suas reivindicações e com a luta de classes! Ergamos a bandeira: somente um governo operário e camponês nascido das lutas e assentado na organização independente dos explorados poderá resolver a crise política que é uma crise do poder burguês.

Cadastre seu email e receba o boletim online da CPE:
POR@PORMASSAS.ORG

Acesse o Blog da Corrente Proletária na Educação
CPE-POR.BLOGSPOT.COM.BR

Fórum dos SPF em 2016: é garantia de luta contra o ajuste fiscal?

Desde janeiro desse ano, o Fórum dos Servidores Públicos Federais já se reuniu três vezes, com duas reuniões ampliadas. A partir destes encontros foi elaborada a pauta de reivindicações de campanha unificada dos SPF de 2016, protocolada no dia 16 de março no Ministério do Planejamento (Mpog). Ainda não há definição sobre o agendamento de reunião com Sérgio Mendonça da Secretaria de Relações de Trabalho.

A partir de 2014, o Fórum, do qual o ANDES-SN faz parte, tem feito reuniões regulares, com a participação de entidades ligadas à CUT, à CTB e sobretudo à CSP-Conlutas. A unidade dos trabalhadores em qualquer época é necessária e, em momentos de profundo ataque aos direitos e às condições de vida das massas como o que atravessamos, é indispensável. Entretanto, durante esse período a unidade baseada no “consenso” dentro do Fórum foi garantia de luta unitárias? O balanço de 2015 demonstra que não.

Depois do crescimento econômico no período de 2003 a 2008, acompanhamos um processo de ataque mais cerrado dos governos aos direitos trabalhistas, previdenciários (ainda que o governo Lula tenha feito uma das reformas da Previdência em período de ascenso econômico) e as condições gerais da vida dos trabalhadores da cidade e do campo. Os dois mandatos de Dilma tem sido marcados por profunda crise política e econômica, o que permitiu que os projetos mais reacionários fossem aprovados, como os que aprofundam a terceirização e precarização do trabalho, que retiram direitos de empregados e desempregados, que atingem áreas de quilombolas, indígenas e populações rurais, que criminalizam os movimentos sociais. A chamada “Agenda Brasil”, apresentada pelo PMDB continua ainda em pauta e, sem pudor, Dilma anunciou a necessidade de uma terceira reforma da previdência, de ataque direto aos camponeses, às mulheres, ao funcionalismo e, de modo geral, ao conjunto dos assalariados.

Os cortes no MEC que em 2015 chegaram a quase 11 bilhões estrangularam as verbas para o ensino federal. O orçamento de 2016 previsto em 32,8 bilhões já foi cortado em 1,3 bilhões. O orçamento previsto e inicial do MEC em 2015 era de quase 49 bilhões, fechou em menos de 38 bilhões. Nove das quinze maiores universidades públicas brasileiras, segundo noticiou a imprensa, acumularam um déficit de cerca de 400 milhões em 2015. O governo empurra as universidades para a cobrança de mensalidades e taxas para “tapar buracos” pelo não repasse de verbas de custeio e de investimentos, por isso aprovou já na Câmara dos deputados o projeto de lei que regulamenta a cobrança em cursos de especialização e de extensão. Tornou também compulsória a adesão ao FUNPRESP aos novos servidores públicos federais.

Nessa conjuntura, o Fórum dos SPF poderia ter um importante papel na organização da luta geral do funcionalismo e poderia servir de ponte para uma luta mais geral dos trabalhadores contra o ajuste fiscal dos governos e dos capitalistas em todas as esferas. O Fórum, no entanto, é uma tentativa frágil dos dirigentes ligados à CSP-Conlutas de manter um calendário de atividades, sem qualquer perspectiva, por exemplo, de grandes paralisações conjuntas ou mesmo de uma greve geral do funcionalismo.

Como dissemos, o ano de 2015 comprovou as fraquezas do Fórum. As entidades governistas, ligadas a CUT e a CTB só se mobilizam pressionadas pelas bases e com o objetivo de desarticular qualquer organização coletiva e conjunta de todas as entidades. Era um fato que as reuniões com maior participação das entidades ocorriam apenas às vésperas das reuniões com o

governo federal (via MPOG). Embora o ANDES-SN tenha feito todo o esforço para manter a “unidade”, ela não potencializou a greve das IFE em 2015. Chegou, inclusive, a ser um obstáculo em determinados momentos, porque não se queria quebrar o “consenso” (que era constantemente quebrado por várias entidades com dirigentes governistas). A radicalidade da greve, com mais bloqueios, ocupações não pôde avançar em virtude das “reuniões conjuntas”.

Na realidade, a construção por “consenso” é uma farsa para os governistas; e uma idealização reacionária para os que se opõem ao governo federal. Para os governistas, serve para “enrolar” e não deliberar sobre questões essenciais como a bandeira de oposição às Organizações Sociais (OS), rejeição de qualquer tipo de terceirização nos serviços públicos e privados e defesa de todos direitos trabalhistas. A CUT e a CTB, como se sabe, atuaram esses anos todos ajudando os capitalistas no processo de “flexibilização do trabalho” (banco de horas, lay-off, PDV, etc.). A proposta de acordos coletivos entre patrões e sindicatos, desconsiderando a legislação trabalhista foi levantada pela CUT desde 2011 e agora se materializa em propostas dentro da “Agenda Brasil”. Para os opositoristas, as entidades ligadas à CSP-Conlutas, o consenso é uma forma de evitar o choque com os governistas e não evidenciar a fraqueza das entidades que, de forma aventureira, romperam com a CUT ao longo dos anos 2000. Agora, enfraquecidas, buscam a unidade por meio de Fóruns como esse dos SPF, tentando empurrar para a “esquerda” as burocracias traidoras. Evitam o confronto direto e, com isso, acabam por se submeter à política dominante das centrais, que dirigem o movimento geral dos trabalhadores no país.

De prático, a reunião ampliada de 27 e 28 de fevereiro aprovou o lançamento da campanha “conjunta” dos SPF, no dia 16 de março – que além do protocolo da pauta teve uma entrega de cartas a assessores parlamentares na Câmara dos deputados –, e um ato nacional em Brasília no dia 14 de abril. Resta saber se a direção do ANDES-SN, a partir de suas regionais e seções, colocará força para garantir a participação de docentes e estudantes para essa atividade ou se estará apenas focada nas eleições sindicais que ocorrem esse ano. Porque uma coisa é certa: as entidades governistas não farão esforço para mobilizar contra os planos de ajuste fiscal do governo Dilma. Temos que contar com nossas próprias forças.

Se o cenário de 2015 era sombrio, não há dúvida de que o de 2016 será de destruição gigantesca de direitos, empregos, condições de vida e perseguição aos movimentos sociais e sindicais. Não há o que esperar diante desse cenário: há de se organizar um calendário de luta em defesa das universidades públicas e em defesa da educação pública e gratuita e, a partir das mobilizações, dos atos, das assembleias regulares, buscar organizar um grande movimento de oposição às medidas governamentais.

Apenas com esse plano de lutas, com essa organização, que o ANDES-SN poderá, na prática, fazer avançar as reuniões e a luta no interior do Fórum dos SPF. Não há, de fato, garantia de vitórias sem uma unidade forte de todos assalariados e da classe operária, em particular, mas sem a garantia de que lutas ocorram, qualquer vitória, qualquer resistência frente à crise capitalista será, com certeza, impossível. Atuamos no sentido de que esse calendário de lutas e essas ações sejam colocados em prática e, por isso, temos, como ponto de partida, sempre fazer um balanço das lutas anteriores e organizar as forças para continuar mobilizados de forma unitária, a partir da democracia operária e dos métodos da luta de classes.

Bahia: Avança a organização do Encontro Estadual preparatório ao 2º ENE

No dia 19/03 foi realizada uma reunião extraordinária do Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública no campus I da UNEB para discutir as questões organizativas do Encontro Estadual preparatório ao II ENE. O Encontro Nacional de Educação terá como tema: “Por um projeto classista e democrático de Educação” e ocorrerá no período de 16 a 18 de junho, em Brasília. Já o Encontro Estadual de Educação da Bahia ocorrerá nos dias 08 a 10 de abril em Feira de Santana no Anfiteatro da UEFS e terá como tema: “Pátria Educadora, para quem? PNE e o projeto de educação da classe trabalhadora”.

A estimativa é de participação de 250 delegados oriundos das entidades que compõem o comitê, além das demais inscrições de outras entidades e pessoas que ainda não estão construindo o comitê. Conformaram-se em torno de seis eixos temáticos: 1) Educação avaliação, autonomia e gestão democrática; 2) Financiamento, privatização e mercantilização da Educação; 3)

Condições de trabalho e carreira dos profissionais da educação; 4) gênero, diversidade sexual e diversidade étnico-racial; 5) Acesso e permanência; e 6: Políticas públicas e Educação do Campo. A Corrente Proletária na Educação (CPE) constrói desde o princípio o Comitê e contribui com 5 documentos. Apresentaremos as teses nos painéis, defenderemos o programa proletário para a educação nos grupos de trabalho e plenária final.

Na referida reunião foi discutido e aprovado o regimento do Encontro. Dentre os pontos polêmicos estava a cláusula de barreira para as propostas serem levadas a plenária final, que na proposta inicial elaborada previa a exigência maioria simples. A CPE se colocou contra a cláusula de barreira e defendeu que as propostas divergentes fossem encaminhadas para a plenária final. Por fim, reduziram a barreira para 25%. A CPE está organizando plenárias e reuniões em Salvador para discutir as teses inscritas ao Encontro com contatos e simpatizantes.

Assembleia de Manaus aprova a eleição simultânea para ADUA e ANDES-SN

O ANDES-SN realizará sua eleição bianual nos dias 10 e 11 de maio. O calendário das eleições do sindicato nacional foi lançado ainda no Congresso de Curitiba que ocorreu no final de janeiro. Não havia o que deliberar sobre isso. O problema estava em manter as eleições da Associação de Docentes da UFAM (ADUA) para o mesmo período, isso porque coincidirá com o recesso escolar e as férias de boa parte dos docentes da instituição, decorrente do calendário pós-greve.

Essa realidade concreta exigiria da direção atual da ADUA a ponderação de que o processo não poderia ocorrer simultaneamente, porque, depois do intenso confronto com fura-greves que se utilizaram de argumentos falsos e legalistas da “ilegitimidade” da greve, o processo de escolha da nova direção deveria ser o mais amplo possível.

A lógica de parte da diretoria da ADUA é que os setores ligados ao PCdoB e PROIFES não se mobilizarão nesse processo mais “rápido” e que não se pode deixar de lado a eleição do ANDES-SN. De fato, esse segundo aspecto é relevante, a eleição do sindicato nacional deveria ser considerada como parte da politização geral no interior das universidades. Todavia, trata-se, no caso das eleições do ANDES-SN, de uma realidade que envolve dezenas de instituições com calendários diferentes. Seria impossível, depois de uma longa greve, conciliar todos os calendários. O prejuízo, portanto, com essa data em maio já estava dado e não poderia ser revertido, entretanto a politização do processo de eleição da seção sindical local deveria ser privilegiada na atual conjuntura.

Não há atalhos para a política correta.

O setor governista e pró-PROIFES que quer conquistar a direção da entidade precisa ser combatido no campo político e na organização da categoria. O fato é que a atual diretoria, depois de terminada a greve, não convocou mais assembleias (a não ser para tirar delegados para o congresso do ANDES-SN), não produziu materiais de balanço da greve, nem apontou qualquer tipo de tarefa para o próximo período (como a necessidade de organização de encontros de educação, de formação de fóruns em defesa da educação pública – tarefas e deliberações apontadas pelo nosso sindicato nacional).

Todos sabemos das dificuldades de mobilização depois de uma greve importante, mas derrotada. Acrescenta-se a esse fato, as dimensões continentais do estado do Amazonas e o isolamento das unidades fora de Manaus. Apenas o instituto em Humaitá, por exemplo, realizou também assembleia para deliberar sobre o calendário das eleições. Isso mostra uma desmobilização da categoria. A questão é: a decisão da maior parte da diretoria da ADUA atua para enfrentar essa situação? Na verdade, não.

Uma eleição esvaziada, com poucos debates, com pequena discussão das ideias e práticas em oposição, leva ao fortalecimento das tendências desmobilizadoras e, por consequência, ao fortalecimento das tendências governistas, conservadoras, que existem no seio do movimento docente.

A convocação de plenárias para organização daqueles que se mobilizaram em todas unidades da UFAM, a discussão de um programa classista e de oposição às políticas governamentais, de defesa intransigente da educação pública e gratuita eram tarefas da atual direção e deveriam nortear as discussões no campo

das eleições sindicais.

O problema é que a diretoria da ADUA precisa ser avaliada dentro de um processo mais amplo. É fato que essa diretoria apresentou traços burocráticos e um programa de luta rebaixado durante o biênio de 2014-2016. Mesmo questões organizativas, como a reforma do seu regimento para se adequar à realidade multicampesina, não foram levadas à frente. Ainda que tenha materializado a greve, esta direção, tanto antes quanto depois do movimento paredista, cometeu erros de condução e de organização, que refletem seu programa político. A aprovação, em uma assembleia esvaziada em Manaus, desse calendário conjunto de eleições é mais um desses erros.

Como parte do movimento docente, a Corrente Proletária na Educação/POR defende uma frente de luta baseada na experiência da última greve. A eleição da diretoria da ADUA, bem como dos representantes por unidade de ensino deve expressar a luta do último período. A defesa dos métodos de luta, cuja maior expressão é a própria greve, combinados à defesa de um sistema único de ensino público, de uma luta geral contra o “ajuste fiscal” do governo Dilma e, em particular, contra os cortes no MEC deveria ser o centro da discussão de escolha dos novos dirigentes do sindicato. O calendário das eleições deveria ser uma decorrência desse processo de discussão e mobilização. De fato, é o caminho mais difícil e é aquele que se opõe à dinâmica de exploração do trabalho, mas é o único que, a longo prazo, pode se opor ao governismo e estatização das entidades sindicais, e defender os direitos dos trabalhadores nessa etapa de profunda crise econômica e política da sociedade capitalista.

A luta na UNIR para preservar o curso de Licenciatura da Educação no Campo

Em agosto de 2012 foi autorizada a abertura de cursos de Licenciatura em Educação do Campo em 43 universidades. Na Universidade Federal de Rondônia, o campus de Rolim de Moura foi contemplado com o edital. A defesa desse curso fazia parte das reivindicações dos camponeses em várias partes do país. Com a abertura do edital, se iniciou mais uma luta para a implantação do curso, em que os interesses corporativos e de poder de docentes se expressaram. Dois anos depois, o curso foi criado pelo MEC atender a um total de 120 camponeses.

Após os trâmites burocráticos no interior da Unir, abriu-se então uma nova batalha para garantir meios de manter os estudantes-trabalhadores dentro da universidade, no campus de Rolim de Moura, vindo de várias regiões do estado. Os cursos, em todas federais que o acolheram, foram abertos em condições precarizadas, sem a infraestrutura mínima para seu desenvolvimento, sob o impacto do REUNI e dos cortes no orçamento do MEC.

Na UNIR, que nunca teve residência e restaurante universitários, a “assistência estudantil” oferecida nos governos do PT são bolsas miseráveis para os estudantes que mal podem se alimentar, pagar alugueis ou comprar materiais de estudo.

Os estudantes/camponeses são vistos como se não fizessem parte da universidade. A militância camponesa estudantil desse curso deve compreender que é parte da UNIR e deve exigir todos os direitos dos demais estudantes. Cabe ao movimento docente e sindicatos se unir aos estudantes na luta pelas condições de estudo.

Não é só pressionando os órgãos burocráticos, como a Reitoria, que conseguiremos garantir o direito à educação e a permanência nas universidades. É preciso também lutar contra essa estrutura de poder, contra o Reitorado, contra os órgãos “colegiados” que excluem a massa de estudantes e de funcionários, privilegiando interesses de casta de professores. Por isso, esta luta se expressa na defesa do Governo Tripartite da universidade,

de estudantes, professores e funcionários, baseado na soberania da Assembleia Geral Universitária com voto universal. Apenas quebrando o elo que liga a burocracia universitária às políticas excludentes dos governos é que alcançaremos as reivindicações mais elementares dos movimentos.

A CPE/POR defende integralmente a existência desse e de todos os cursos já implementados. A necessidade de integrar o trabalho no campo com a discussão teórica dentro da universidade é uma reivindicação legítima do movimento camponês. O que existe em germen nessa proposta do movimento camponês como uma necessidade de unir teoria e prática é algo progressista, porque nasce da exigência de superar a profunda divisão do trabalho na sociedade capitalista. Não temos ilusão, no entanto, que isso será possível sem a destruição dessa mesma sociedade por meio da revolução proletária, que se materializará no governo operário e camponês.

Uma nova educação só pode ser fruto de uma nova sociedade. As próprias dificuldades de implantação de um curso que pretende trazer os trabalhadores do campo para a universidade demonstram que mesmo a educação de classe burguesa está historicamente falida. Não há acesso universal para ingresso e permanência no ensino superior e todos sabem em que condições também sobrevivem as escolas da Educação Básica do campo, nas regiões rurais.

A luta por uma nova sociedade, pela destruição do modo de produção capitalista, começa, todavia pelas reivindicações elementares e pela ligação delas com as reivindicações gerais dos trabalhadores e da classe operária, em particular. A defesa da educação pública, gratuita, laica e vinculada à produção social é parte dessa luta. Enquanto existir o capitalismo, a maioria sofrerá suas mazelas e mesmo as conquistas advindas da luta dos explorados só podem ser mantidas por mais luta e por meio dos métodos da ação direta.

Paraná: para enfrentar ataque do governo às universidades reconstruir o Comitê Estadual

No mês de março o Secretário da Fazenda do governo Beto Richa baixou mais uma Resolução (196 de 04/03/16) obrigando desta vez as universidades a repassar até 80% do superávit dos recursos que as universidades arrecadam pela venda de serviços, repasses de órgãos federais de pesquisa e vestibulares. Esta medida se soma aos recortes orçamentários e financeiros que o governo Beto Richa vem perpetrando contra as sete universidades há mais de três anos. A associação dos reitores se reuniu e deliberou que não acatarão esta determinação, pois, segundo eles, dessa forma o funcionamento das universidades ficaria inviabilizado, e nem daria para iniciar o ano letivo de 2016. Em último caso, recorrerão à via judicial. Por ora, pedirão a mediação do Secretário de Ciência e Tecnologia para mendigar junto ao governador que não se aplique a resolução.

Eis o retrato do buraco em que as universidades estaduais do Paraná se meteram pela contumaz colaboração das burocracias ao longo das últimas décadas. De tanto colaborar na liquidação de qualquer autonomia, não podem agora se opor a este movimento que transforma definitiva e formalmente as universidades em apêndices do governo.

Durante a greve do ano passado, algumas reitorias aproveitaram para negociar um “termo de autonomia financeira” – no molde das paulistas – de modo a se potenciarem como braços do governo dentro das IEES. O movimento de greve estragou a “festa” que estavam preparando e o governo foi obrigado a retirar da pacotagem a proposta de um grupo de trabalho que iria montar a proposta dessa “autonomia” a la paulista. Ficou, no entanto demonstrado, que o papel das burocracias não era de enfrentar o

governo para arrancar o financiamento das universidades, mas o de quinta-coluna contra a comunidade universitária. A confissão de que sem os recursos dos vestibulares e da venda de serviços as universidades não podem funcionar escancara uma realidade já denunciada durante o movimento grevista: a crescente privatização a que foram empurradas as universidades pelo próprio governo. Definitivamente, as burocracias não podem defender a universidade pública dos ataques privatistas do governo.

Em contrapartida, o movimento docente continua fragmentado e involuntariamente conivente com a liquidação da universidade. Até o presente momento os sindicatos continuam prioritariamente preocupados em evitar que os sindicatos com que disputam a base encabecem qualquer mobilização que os potencie politicamente (em quase todas as IEES há sindicatos mistos de funcionários e professores e seções sindicais do ANDES).

A Corrente Proletária na Educação tem defendido a necessidade de se reerguer o Comitê Estadual em Defesa do Ensino Público do Paraná, composto pelos sindicatos de técnicos, professores e pelos DCE's e, que durante as greves de 2000 a 2002 teve o papel de articulação que garantiu a unidade do movimento.

Hoje mais do que nunca é urgente se reorganizar este comitê de modo a colocar toda a comunidade universitária, principalmente os estudantes, na mobilização contra os ataques do governo. O adiamento desta organização joga a favor do governo que aproveita a dispersão do movimento para avançar com suas medidas liquidacionistas.